



A ESCRITA DIARÍSTICA DE DEOLINDA RODRIGUES

Eliane Rosa de Góes¹
Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais (PUC Minas)
Centro Universitário Adventista de São Paulo (Unasp)
eliane.goes@yahoo.com.br

Resumo: Este artigo tem como objetivo apresentar as narrativas de o *Diário de um Exílio sem Retorno*, da militante angolana Deolinda Rodrigues, e aspectos dessa escrita à luz dos conceitos de testemunho, trauma e ressentimento, especialmente a partir das formulações de Seligmann-Silva e Pierre Ansart.

Palavras-chave: Escrita diarística. Testemunho. Trauma. Ressentimentos.

The diary writing of Deolinda Rodrigues

Abstract: This paper aims to present the narratives of the *Diário de um Exílio sem Retorno*, by Angolan activist Deolinda Rodrigues, and aspects of this writing in the light of the concepts of testimony, trauma and resentment, especially from the formulations of Seligmann-Silva and Pierre Ansart.

Keywords: Diaristic writing. Testimony. Trauma. Grudges.

Introdução

Deolinda Rodrigues nasceu em fevereiro de 1939 em Catete, região próxima à Luanda bastante marcada pela exploração e violência de companhias algodoeiras. Quando criança, viveu em diferentes lugares por causa do trabalho do pai, que era pastor evangélico. Após ter iniciado a escola primária, mudou-se para Luanda, onde morou um período com sua família e depois com Dona Maria da Silva, a mãe de Agostinho Neto. No começo dos anos

¹ Doutoranda em Literaturas de Língua Portuguesa, no Programa de Pós-graduação em Letras da PUC Minas. Mestra em Literatura e Crítica Literária pela PUC SP. Docente do Centro Universitário Adventista de São Paulo, campus Engenheiro Coelho. Lattes: <http://lattes.cnpq.br/6240172542904493>. Orcid: <https://orcid.org/0000-0001-5693-8311>



50, ela fez parte dos Grupos da Juventude na Missão Evangélica da Igreja Metodista Unida, cujas atividades, aparentemente religiosas, eram de teor político e patriótico. Desde cedo, Deolinda mostrou inconformismo e engajamento nos textos que escreveu para os boletins da Missão, no contato com outros jovens, nas reuniões que organizava (Rodríguez, 2004). Ela era forte, firme em seus propósitos e, ao mesmo tempo, sensível aos sofrimentos causados pelo colonialismo, quer fossem em razão da brutalidade com que as pessoas eram tratadas, ou da obrigatoriedade dos cartões de trabalho, ou das prisões arbitrárias, ou do trabalho forçado, ou do exílio compulsório. Entrou para o MPLA² tão logo ele surgiu e, como militante desse movimento, participava de reuniões, traduzia documentos, escrevia textos, fazia contatos (Rodríguez, 2004). Em 1959, ela veio para o Brasil estudar Sociologia, mas ficou apenas um ano em razão de um acordo de extradição entre os governos brasileiro e português. Seguiu então para os Estados Unidos, onde ampliou suas conexões políticas, contudo, estando lá, sentia que era seu dever lutar de perto pela libertação de Angola, e se amargurava com o alheamento dos negros americanos. Não demorou para deixar os estudos e regressar à África, daí foi prestar assistência a refugiados angolanos na província do Zaire; trabalhou com alfabetização; fez locução de rádio; visitou o que era, naquela época, a União Soviética (Rodríguez, 2004). Deolinda esteve entre as lideranças do MPLA, compondo a OMA³ e fazendo parte do Esquadrão Kamy, grupo guerrilheiro treinado por cubanos com mais de duzentos soldados, dos quais apenas cinco eram mulheres (Souza, 2017). Em 02 de março de 1967, em uma missão no interior, em região fronteiriça entre Angola e a República Democrática do Congo, ela e mais quatro guerrilheiras foram capturadas por um grupo do FNLA⁴ e assassinadas logo depois em circunstâncias hoje ainda desconhecidas. Em homenagem a elas, comemora-se no mês de março, em Angola, o Dia da Mulher Angolana.

Alguns aspectos da vida de Deolinda e de seus dias como guerrilheira ficaram registrados na obra *Diário de um Exílio sem Regresso*, cujos relatos compreendem um período que se estende de setembro de 1956 a março de 1967. Essa produção suscita reflexões sobre

² Movimento Popular de Libertação de Angola, organizado em 1956 como movimento de oposição ao colonialismo português, tornou-se o partido político que governa o país desde a independência, em 1975.

³ Organização das Mulheres Angolanas, fundada em 1961 e vinculada ao Movimento Popular de Libertação de Angola. Na época da luta anticolonial, a OMA permitiu que mulheres lutassem pela emancipação nacional, bem como por liberdade própria.

⁴ Frente Nacional de Libertação de Angola, movimento anticolonial surgido em 1962 e fomentado pelos Estados Unidos, apresentando divergências em relação aos pontos de vista do Movimento Popular de Libertação de Angola, cuja orientação era/é marxista.



como se constitui a ficção em um gênero situado no limiar entre a prosa literária e a não literária. De largada, vê-se uma escrita marcada pelo trauma e pelo ressentimento, aspectos que funcionam como uma chave de leitura. Ancorando-se, então, em pesquisa bibliográfica, especialmente nos estudos de Seligmann-Silva (2010) e Pierre Ansart (2004), este trabalho pretende analisar a construção da escrita diarística de Deolinda Rodrigues.

A narrativa diarística de Deolinda Rodrigues

Organizado e editado por seu irmão, Roberto de Almeida, a partir de documentos conservados por outras pessoas, o diário inicia com vários preâmbulos, o mais significativo talvez seja um excerto de entrevista que responsabiliza o FNLA pela morte de Deolinda e das mulheres que com ela estavam.

Quer por Deolinda, quer pelo processo de edição, os dias não são narrados um a um, os registros são esparsos e muitos, brevíssimos. O ano de 1956, por exemplo, o primeiro relatado no diário, tem apenas duas anotações; em uma, ela fala da impressão de ter sido admitida no MPLA e que é vista com desconfiança pela liderança do grupo, apenas por ser mulher. Na outra, diz sobre a aceitação pelo partido, confirmada quando recebe materiais para traduzir e datilografar.

Em 1957, Deolinda conta ter participado de uma reunião panafricana sobre saúde, fala do trabalho como datilógrafa de textos para o MPLA e da dificuldade em conciliar as demandas do partido com os estudos. Nos relatos desse ano, fica evidente um momento de enfrentamento e de inquietação, por isso o serviço dela é sorrateiro, feito com cuidado para não chamar atenção. Em um encontro promovido pela ONU, ela tem a oportunidade de ser intérprete e de falar, em inglês, a um dignitário sobre a opressão causada pela Pide⁵ e da ajuda que Angola precisa dos países africanos livres.

Em 1958, Deolinda escreve sobre a vigilância dos espões da Pide, sobre conhecidos procurados pela polícia, sobre a necessidade de prudência, sobre o medo de ser flagrada com os documentos do MPLA e sobre as estratégias para esconder o que fazia, como queimar textos e fotos. No que narra, ela se mostra renitente com o modo como os angolanos são tratados e reage, esbraveja: “O que nós somos aqui em Luanda? Tudo, menos seres

⁵ Polícia Internacional e de Defesa do Estado, criada em 1945 pelo governo português para reprimir qualquer tipo de oposição.



humanos. E até quando essa merda de vida?” (Rodrigues, 2003, p. 30). Na ânsia por mudança, os cultos na Missão são oportunidades para fazer política, para recrutar outros jovens para a causa nacionalista. Ademais, na perspectiva dela, os

missionários são uns bons cachorros e pensam que não vemos a patifaria deles [...]. É fácil ser cristão quando se vive bem como eles: não passam fome, não andam a pé, não são humilhados. Só depois de recuperar a nossa dignidade é que podemos decidir se viramos ou não cristãos (Rodrigues, 2003, p. 32).

Seus registros mostram, como decorrência dos insultos e da opressão aos quais ela e seus compatriotas são submetidos, uma revolta crescente, expressa em reiteradas construções interjetivas: “[...] que chatice! [...] Chixa! [...] Que vida! [...] é uma merda de vida esta. [...] Chata vida esta de humilhações constantes para nós!” (Rodrigues, 2003, p. 29-32).

No ano seguinte, 1959, Deolinda parte de Angola para o Brasil e deixa assinalada a dor que sente por deixar sua família, seus compatriotas, seu país. Comovida com as condições de Angola, ela descreve o sofrimento provocado pelo sistema colonial em cenas de “gente surrada até sangrar [...]; mulheres ruscadas pra dormir com o chefe [...]. Roubalheira no peso e pagamento do café: quem refila é morto [...]. Na igreja há uma missa pra os pretos e depois outra pra brancos. Não se misturam” (Rodrigues, 2003, p. 33-34). Esse contexto colabora para uma linguagem caracterizada pela ironia, como se vê neste excerto: “Vai ser lindo viver bem no estrangeiro enquanto a nossa gente vegeta sob uma PIDE destas. Que fatalidade!” (Rodrigues, 2003, p. 35). A sensação de impotência provocada por essas circunstâncias é traduzida nas palavras “merda” e “chatice”. A ideia de sair do país cria uma antinomia, especialmente pelo fato de muitos conhecidos e alguns amigos serem presos.

Em 1960, já no Brasil, Deolinda é aconselhada a não discutir política, mas logo segue para os Estados Unidos por causa de um acordo de extradição celebrado entre Brasil e Portugal. Em solo americano, o que perturba é a saudade da família e a inércia dos negros frente à própria miséria. Problemas com o passaporte e o risco de parar nas mãos da Pide, durante 1961, fazem com que Deolinda retorne à África no ano subsequente.

Em 1963, alocada na República Democrática do Congo, ela percebe as tensões presentes no MPLA, explicitando que “há chatices na política. Temos muitos chefes no MPLA. Enfim, tudo isto dá chatice” (Rodrigues, 2003, p. 43). O que escreve sobre esse período mostra que o MPLA foi marcado por disputas internas de poder e pela



desorganização. Em razão disso, às vezes ela se mostra resoluta, dizendo: “tenho que enfrentar esses contratempos e ultrapassá-los [...] Há que avançar” (Rodrigues, 2003, p. 43-44). Em outra ocasião, parece chegar ao extremo da desesperança ao indagar: “Não será melhor suicidar-me?” (Rodrigues, 2003, p. 44). Atuando no CVAAR⁶, dispensou ajuda aos enfermos e às grávidas, ainda assim ela e o grupo com o qual estava foram taxados de “filidaputo” por locais (Rodrigues, 2003, p. 45), indício de que as tensões vinham de todos os lados. Deolinda, nos registros desse ano, fala ainda da educação como uma solução para retirar as mulheres da prostituição e da necessidade dela própria encontrar um modo de subsistência, visto que não gostaria de deixar aquela região.

No relato de 1964, o mais extenso do diário, ela faz menção ao próprio aniversário, dia 10 de fevereiro, quando completa 25 anos, e, puxando o fio da memória, recorda que, até os 18 anos, essa data era festejada com a presença dos pais, no entanto, daí em diante, iniciou um trajeto marcado pela solidão e pela saudade. Falando disso, Deolinda parece confirmar um pacto feito consigo mesma, talvez muitos anos antes: “Que os restantes anos da minha vida sejam mais postos ao serviço dos meus compatriotas e do nosso país. Que sejam muitos; mais 75, pelo menos” (Rodrigues, 2003, p. 49). Essa declaração soa trágica porque Deolinda não viveu muito mais, ainda assim enquanto teve fôlego lutou por suas resoluções.

Ela expressa seu repúdio aos americanos, que vê como racistas, exploradores, pois não concebe que “os ricos sejam eles portugueses, americanos ou angolanos desejem o bem-estar do pobre” (Rodrigues, 2003, p. 50). Defendendo a dignidade, acha inadmissível a ideia de que negros sejam subservientes aos brancos, muito menos consente com arranjos para casamento, que lhe queriam impor. O amor-próprio a constrange em razão dos favores que é obrigada a aceitar, sente-se grandemente humilhada por não viver à própria custa, daí por que diz: “Casa-favor, comida – favor, tudo favor. Vida? [...] TENHO QUE VIVER PRA MUDAR TAL SITUAÇÃO. Temos de ser SERES HUMANOS de verdade” (Rodrigues, 2003, p. 54-55, grifos da autora). Ademais, “os favores são dívidas, dívidas que diminuem a dignidade de quem recebe” (Rodrigues, 2003, p. 73).

Não apenas isso assombra Deolinda, como também a dúvida sobre continuar os estudos ou lutar pela libertação de Angola e o sexismo presente no MPLA. Ela sente que é

⁶ Corpo Voluntário Angolano de Ajuda aos Refugiados, cf. Rodrigues (2003, p. 216).



seu dever “ficar e continuar a luta por causa do Povo que sofre lá dentro. Não é por esta elite que faz revolução de barriga cheia e no salão” (Rodrigues, 2003, p. 59). Então resolve ficar e [tentar] conciliar luta e estudo de livros, postergando a faculdade de Medicina. Todavia há que vencer primeiro outras batalhas, como “falar o mínimo possível e só quando necessário mesmo. [...] Outra coisa: não deixar-me levar por palavrinhas de ninguém, ofertas, parentesco, panelinha” (Rodrigues, 2003, p. 61). A língua solta de Deolinda rende desentendimentos e culpa constante, mas não por causa de palavrório qualquer, o motivo é sua fala denunciadora e sincera. Quando chama a um conhecido de estúpido, conclui: “Esta falta de controle no papo é que vai dar cabo da minha vida qualquer dia. Preciso manter-me serena e evitar a todo o preço falar sem que seja estritamente, necessário” (Rodrigues, 2003, p. 65). Não sendo o comedimento um de seus atributos, ela roga, às vezes, sem o resultado esperado: “MAMÃ, ajuda-me a não viver em conflitos com as outras, a não ser motivo de vergonha para ti e sobretudo não ser prejudicial à REVOLUÇÃO. [...] Mamã, mamã, inspira-me e ajuda-me a não falar demais” (Rodrigues, 2003, p. 70, 73).

No fim desse ano, em dezembro, Deolinda parte para a fronteira da República Democrática do Congo, aproximando-se mais da zona de guerrilha, região assolada pela escassez, pelo medo dos tugas e pelos conflitos entre os integrantes do MPLA. Nesse contexto, “os camaradas travam discussões chatas: falta de carro, a quem a luta pertence, falta de comida, etc. [...] Eles perdem o controle com a falta de comida e tabaco” (Rodrigues, 2003, p. 83 e 84). Acentuam as atitudes desgovernadas dos guerrilheiros as apalpadelas nas meninas do povo.

1965 inicia com a presença indesejada da fome, exatamente como terminou o ano anterior. Deolinda diz que a falta de alimentos agrava o comportamento das pessoas, porque lhes tira a dignidade, e se preocupa com a falta de disciplina do povo, o estádio da luta, as dissensões entre ela e outras mulheres da OMA, o desaparecimento de conhecidos, a situação de seus estudos e da família em Angola; em razão disso tudo, tem “vontade de desaparecer” (Rodrigues, 2003, p. 92). Alvo de provocações por sua impetuosidade, ela sente culpa e traça objetivos, talvez inalcançáveis, para si: “Preciso de calma, OPTIMISMO, ATITUDES CORRECTAS para com todos, DELICADEZA e PACIÊNCIA” (Rodrigues, 2003, p. 95, grifos da autora). Esses insultos são também por Deolinda desaproveitar pessoas não negras metidas no MPLA, pois acreditava que, sendo privilegiadas, não poderiam lutar pelos mesmos propósitos da maioria angolana, tão grandemente explorada e empobrecida.



Há momento em que ela vê com ironia as colegas mulatas e portuguesas da OMA, dizendo que “as massas são a força da organização e não este punhado de heroínas teleguiadas pelos maridos ou amigos [...]” (Rodrigues, 2003, p. 104). E, às vezes, sente que “a falta de objectividade e prontidão dum sacrifício sem normas nem moldes da parte dos dirigentes” [do MPLA] (Rodrigues, 2003, p. 107) lhe tira o ânimo. Outra questão penosa para ela é a possibilidade de baixas, tão comuns em um contexto de guerrilha. Em sua perspectiva, se os soldados sofriam nos maquis, não era pela “falta de dinheiro, mas talvez por má administração e inexperiência apenas” (Rodrigues, 2003, p. 131).

Viaja para o Mali para participar de uma conferência como integrante da OMA e, voltando de lá, continua a se incomodar com as incoerências da OMA/MPLA, por ver “tanta palhaçada e bojarada e não poder falar com ninguém “para não estragar a luta!”” (Rodrigues, 2003, p. 133), de modo que resolve restringir suas queixas ao diário que escreve. Depois, faz novas viagens, dessa vez para a Bulgária e, de lá, para a Rússia. Ao retornar, continua os trabalhos na OMA e o ano encerra com luta e algumas baixas.

No penúltimo ano de sua vida, 1966, Deolinda assinala os impasses com outras mulheres do grupo com o qual estava, principalmente por falar muito e pelo temperamento irascível. Levada pelo remorso e pelo desejo de fazer valer a luta pela libertação de Angola, Deolinda diz: “vou ter cuidado de não exagerar, mas eu fico toda emerdada de ter que lidar com estas madames xodós tão sensíveis! Puxa! (Rodrigues, 2003, p. 136). Estando em Dolisie, ela é enviada para Brazaville para se apresentar ao Comitê Diretor do MPLA e esclarecer acusações de formação de grupos hostis e revolta, motivo por que sofre risco de ser suspensa da direção da OMA. Durante o tempo que espera uma posição da liderança do MPLA, trabalha para a FDIM⁷. Depois, atua nas áreas de guerrilha, onde excede a violência e faltam víveres, remédios, armamento, orientações, apoio moral. Então ela entende que os guerrilheiros “são insatisfeitos, não só quanto à comida. Também não são nada amáveis, compreensíveis [...]” e que “um bando de miúdos sem o amparo de um adulto experimentado, gera tragédias” (Rodrigues, 2003, p. 152). Sob lentes críticas, Deolinda defende que

os dirigentes devem dar o exemplo em tudo, não acumular roupa, botas, etc. destinados aos guerrilheiros, não comer a farinha que se diz para as missões, não dar às amigas a comida destinada aos guerrilheiros, não desviar os cigarros que a OMA envia, não fazer tralfulha com as encomendas enviadas aos guerrilheiros.

⁷ Federação Democrática Internacional das Mulheres.



Honestidade, acima de tudo, em todos os escalões do Movimento (Rodrigues, 2003, p. 155).

Os problemas encontrados entre os guerrilheiros impelem Deolinda a formular estratégias, como providenciar materiais básicos de sobrevivência, criar panfletos, ensinar bons modos, promover limpeza. Ela não admite que o ideal de uma Angola livre seja comprometido por combatentes movidos por dinheiro, ou por roupas, ou por mantimentos, ou por calçados, mas também sabe que os “coitados destes rapazes precisam de carinho, orientação e disciplina, acima de tudo um Comando honesto e condições melhoradas” (Rodrigues, 2003, p. 161). Enquanto pensa assim, há soldados que criam subterfúgios para fugir da luta, por medo ou porque acham muito dura a vida na guerrilha, outros escondem armas, roubam dinheiro e comida, fingem missões, criam confusões, e há moradores locais que traem o movimento de libertação. Ela trabalha nas lavras e treina artilharia, ao solicitar ajuda recebe negativa, pois o comissariado quer “que a OMA faça o seu trabalho e os guerrilheiros o seu” (Rodrigues, 2003, p. 178).

Em 1967, Deolinda e vários camaradas partem de Kinshasa para Songololo, cidades da República Democrática do Congo, e depois para Angola. Nesse trajeto, ela se incomoda com a quantidade de homens brancos pelas ruas da cidade, com a polícia corrupta, com a presença de upistas⁸. Quando pisa o território angolano, após oito anos distante, Langidila beija o chão. Pouco depois de o grupo se embrenhar na mata, ela torce o pé e a marcha fica prejudicada. Nessa região, os combatentes se esgueiram dos tugas, tentam driblar a escassez, que “continua a arrasar a malta, a exaltar os ânimos e a criar problemas” (Rodrigues, 2003, p. 185), além disso precisam vencer as discordâncias, os mal-estares provocados pela alimentação precária, o terreno difícil de ultrapassar, os mosquitos, o clima ruim, para alcançarem o rio Mbridge, no Zaire. Diante dele, a maior parte do grupo retorna à República Democrática do Congo, vencida pela dificuldade de atravessar as águas caudalosas, pela morte de colegas e pela fome. No caminho de volta, as conversas são sobre “projectos de chegada ao Congo e comida” (Rodrigues, 2003, p. 199), a preocupação maior de Deolinda, contudo, é chegar viva. Quase duas semanas longe de Angola, desorientados, seguindo orientações de um morador local, ela e seus colegas vão parar em uma zona tomada por upistas. À essa altura, ainda há alguma esperança de escape, mas as anotações

⁸ Integrantes da União das Populações de Angola, partido que formou, a partir de 1961, junto com o Partido Democrático de Angola, a FNLA – Frente Nacional pela Libertação de Angola.



de Deolinda no diário terminam repentinamente, como um prenúncio para o malogro que sucedeu mais tarde, quando ela e outras companheiras foram mortas.

Testemunho e trauma na escrita diarística de Deolinda Rodrigues

No campo literário, o testemunho pode ser entendido como um gênero baseado na vivência de alguém que sobreviveu a situações extremas, como genocídios, guerras ou períodos ditatoriais. Trata-se de uma narrativa que resulta de uma experiência factual muito próxima da morte, por isso fortemente compromissada com a realidade e marcada pela dificuldade de expressar os acontecimentos sofridos.

Tal relutância é por que o aspecto realístico do testemunho “deve ser compreendido na chave freudiana do trauma, de um evento que justamente resiste à representação” (Seligmann-Silva, 2003 p. 373). O trauma, nesse caso, é “uma memória de um passado que não passa” (Seligmann-Silva, 2008, p. 68), algo originado de um sofrimento que só pode ser superado pela rememoração, por mais dolorido que seja esse processo.

Um modo para narrar e enfrentar o trauma é acionando a imaginação, razão por que “a literatura é chamada diante do trauma para prestar-lhe serviço” (Seligmann-Silva, 2008, p. 70). Como é um ponto de convergência entre a história e a memória, entre o simbólico e o individual, o testemunho necessita da linguagem poética para se configurar (Seligmann-Silva, 2010, p. 6).

Dentre as narrativas de testemunho, o diário apresenta

(...) algo como as marcas e traços do presente de sua escritura. O diário produz páginas que se embaralham com a vida de seu autor-protagonista. Nele somos tocados pelo ar que o personagem respirava. Tendemos a ver nele um testemunho, ou seja, um índice, metonímia, e não uma metáfora, que é tradução imagética e mais distanciada dos fatos arrolados. Além disto, o diário possui também uma respiração, um ritmo, que expressa a situação anímica e corpórea de seu autor e para ela aponta (Seligmann-Silva, 2010, p. 7).

No diário, fundem-se autor, texto e temporalidade, porque podem ser percebidos aspectos do momento em que foi escrito e a presença quase material do autor. Esse tipo de composição não se estrutura como mera descrição de fatos, e sim como “fragmentos de um presente que se amontoa diante de nós: de um passado que não passou. Pretérito presente, presente do passado. Fruto de um trabalho de coletor e de arranjador de fragmentos” (Seligmann-Silva, 2010, p. 8). Por isso, ele requer acumulação, seleção e transposição criativa



de fragmentos. Contra a ideia de que o diário é antificção, há também o argumento de que toda narrativa é inerentemente ficcional.

Sobre como testemunho e diário se relacionam, é preciso dizer que ambos

são marcas ou pegadas do indivíduo na era da sua desapareição. Este indivíduo precisa se apegar a um Eu que ele está recriando e reafirmando tanto quanto lhe é permitido por um mundo que o puxa, se não para o extermínio, ao menos para o anonimato e para a sua insignificância (Seligmann-Silva, 2010, p. 9).

A escrita diarística de Deolinda Rodrigues conta de sua entrada no MPLA e das adversidades no exílio até momentos antes de ser capturada pelo FNLA. Enquanto militante, a escritora não escapou da tragédia, mas sua voz sobreviveu no texto que escreveu, bem além dos acontecimentos narrados, assinalando violências e traumas experimentados em uma vida tão curta. Usando o artifício do diário, tornando-se um sujeito ficcional, ela relatou as “experiências-limite” (Seligmann-Silva, 2010, p. 12) às quais se submeteu ou lhe foram impostas.

A conformação dessas narrativas em um diário legitima o aspecto testemunhal dessa produção, cuja potência das palavras “pode ser transformada em energia mesmo muitos anos depois de passados os fatos, justamente porque na estrutura do texto se entrecruzam, em uma trama, a vida íntima com a pública, o trabalho literário com as marcas do “real”” (Seligmann-Silva, 2010, p. 7). Para superar este “real”: o exílio, os embates dentro do MPLA, a luta anticolonial, o diário funcionou como um interlocutor mudo e como modo de subsistir ao incomensurável, tornando-se, no fim das contas, um tipo de testemunha, por “ouvir” e levar adiante as experiências ativistas de Deolinda.

As lacunas percebidas nessa produção, caracterizadas pelos cortes na sequencialidade temporal, são índices da irrepresentabilidade dos fatos vividos, assim como a reiteração de expressões, como “que vida”, “que chatice”, “merda de vida”, entre outras similares. Tais locuções dão a impressão de um sentimento de revolta e de insatisfação, constante e crescente, às vezes de impotência, mas também são uma forma muito limitada de exprimir situações profundamente aflitivas, como se faltassem mesmo palavras para descrever os sucedidos. Por exemplo, diante da experiência de se perder na selva junto com outros combatentes, e de se submeter a um clima desfavorável, à fome, à doença, ao desânimo, a protagonista se manifesta assim: “Muita chatice por causa das cargas, tipóia (sic), etc.” (Rodrigues, 2003, p. 187).



O sujeito manifesto aí se ressentido de deixar Angola quando todos ainda sofrem com a exploração colonial, razão por que diz: “Como custa deixar esta Angola onde vivi sempre. Ainda se a situação fosse normal, vá lá. Mas o meu Povo vai ficar a sofrer e vou safar-me, abandoná-lo. Que traição! [...] Porquê (sic) nasci, chatice!” (Rodrigues, 2003, p. 34). Esse posicionamento lembra que um aspecto do gênero testemunho é o remorso sentido pelo sobrevivente por resistir enquanto muitos pereceram, como se traísse os que não subsistiram (Salgueiro, 2012).

As reações às injustiças de toda ordem são uma forma de resistência, que “decorre de um *a priori* ético, um sentimento do bem e do mal, uma intuição do verdadeiro e do falso, que já se pôs em tensão com o estilo e a mentalidade dominantes” (Bosi, 2002, p. 130). Por isso a escrita diarística de Deolinda Rodrigues apresenta um alto nível de criticidade, uma inquietação diante do mundo, que redundando em uma narrativa que “mostra, sem retórica nem alarde ideológico, que essa “vida como ela é” é, quase sempre, o ramerrão de um mecanismo alienante, precisamente o contrário da vida plena e digna de ser vivida” (Bosi, 2002, p. 130).

A voz que atravessa o texto, dolorida e desejosa de equidade, não é a de um indivíduo só, é representativa das vozes de muitos outros sofredores, apontando para a ideia de que a literatura de testemunho também está relacionada ao excluído e à sua fala (Salgueiro, 2012). A diarística de Deolinda Rodrigues evidentemente problematiza o lugar marginal ocupado pelo africano sujeitoado às mazelas do colonialismo, mas também questiona as posições de subserviência e o sexismo relegados à mulher.

As discriminações que ela mesma suportou ou presenciou induziram a confissões como estas: “se me apanho fora deste MPLA erudito e masculino, não volto em breve” (Rodrigues, 2003, p. 57). Os guerrilheiros eram movidos por uma atitude “sexual demais para com as mocinhas do povo: começam logo a apalpá-las. Parece que assim estão a mobilizar o povo ao contrário” (Rodrigues, 2003, p. 85). Deolinda repudiou a ideia de que “a mulher é só sexo, é parlapateira, é criança que não amadurece nunca, uma criança com eterna sede de carinhos, de apalpadelas, de beijos e abraços” (Rodrigues, 2003, p. 65). Algumas vezes, as próprias colegas da OMA a desprezaram por reagir ao papel que, como sujeito feminino, devia desempenhar, por ser mandona, por não saber cozinhar, então, para o bem da “revolução”, Deolinda decidia: “vou aprender a respeitar o gosto, a opinião das outras; ser amiga de todas; falar pouco, cantar bastante e sorrir muito” (Rodrigues, 2003, p.



70). Homens e mulheres queriam fazê-la se calar, porém, mesmo nos instantes de silêncio, ela foi transgressora, assumindo um protagonismo incomum para o contexto em que viveu.

Embora de dicção feminina, a diarística de Deolinda Rodrigues põe em segundo plano manifestações de feminilidade, criando vazios sobre sua vida particular e sentimental, mas assinalando questões de poder e gênero dentro e fora do MPLA. Escritas assim, comprometidas “com uma poética guerreira dizem bem do lugar desconfortável de que falam. Entretanto, é somente nesse lugar que podem acolher as vozes dos excluídos com os quais, ainda que em situação de privilégio, guardam fortes semelhanças” (Fonseca, 2004, p. 291).

Memórias de ressentimentos na escrita diarística de Deolinda Rodrigues

A memória implica dois gestos, um que se volta para o passado na tentativa de reavê-lo e outro que busca presentificar recordações pela linguagem. Como o tempo vivido e o revivido não coincidem, a linguagem opera a partir de fossos e lacunas, para erguer e fazer permanecer algo que não existe mais (Branco, 1994). O diário, como manifestação da memória, projeta-se “em direção ao futuro, movido pelo passado e, no entanto, paralisado por sua própria incapacidade de captar o presente que flui” (Branco, 1994, p. 134). Não é uma produção autocentrada, porque se erige da relação do eu com o mundo, por isso, na discussão sobre escritas de testemunho, o diário diz respeito tanto à memória individual quanto à coletiva, que é a da barbárie compartilhada – a memória do trauma.

O trauma, sendo uma ferida da memória, caracterizado pela incapacidade de aceitar eventos que ultrapassam os limites da percepção (Seligmann-Silva, 2000, p. 85), pode se transformar em ressentimento se não for superado.

Ressentir é mais que sentir de novo, porque envolve rancores, invejas, desejos de vingança e fantasmas de morte (Ansart, 2004). Justamente isso que move a diarística de Deolinda Rodrigues e permite analisar criticamente o lugar do negro em diferentes contextos, seja na África ou na América, e a situação de Angola e do angolano. Tais (re)sentimentos são notados, sobretudo, em reflexões sobre os aviltamentos sofridos pelos mais desvalidos, imputados por colonialistas ou pelos próprios congêneres:

O que me impressionou foi a paralisação do patrício que estava a ser chicoteado e dos outros. Ele era mais forte do que o branco, mas só gemia. Chiça! Esta situação



faz-me pensar no suicídio. Que vida! [...] Isto de engolir insultos ainda mais de kagundos... é uma merda de vida esta. [...] O vizinho está a bater na mulher. Há exatamente um mês e um dia que faz isto. A pobre só grita, não se defende. Os outros vizinhos riem-se do medo dela. É tão revoltante isto tudo. (Rodrigues, 2003, p. 31, 32, 77).

Pierre Ansart (2004) explica que o ressentimento compreende também sentimentos de impotência continuada e de impotência rancorosa. Ele aponta que o ódio recalçado, a agressividade, a ruminação, a impotência são manifestações do ressentimento que operam no psiquismo dos indivíduos, entretanto se são compartilhadas no interior de um grupo criam cumplicidade e solidariedade. Na diarística de Deolinda Rodrigues, os ressentimentos compartilhados com o povo angolano, despertados pelas experiências de humilhação e de medo, funcionam como potência que impulsiona escrita e ação. A solidariedade viabilizada pelo ressentimento coletivo fomenta decisões de anulamento do eu em prol de uma luta comum: “Apesar dos choques, cautela pra não criar incompatibilidades nem ter paixão por mim mesma. O que interessa mesmo é só avançar a luta d’Angola. O resto não tem importância e não devo ligar a tudo. Basta de chatices” (Rodrigues, 2003, p. 62). Ocorre, às vezes, desse tipo de ressentimento conduzir a modelos de ação utópicos, como se percebe nestas falas:

Mas é preciso manter a calma. Unir-nos mais como Organização e dar mais duro, limando as nossas arestas com compreensão e AMIZADE. [...] Temos é que esclarecer as massas sobre as humilhações e injustiças vividas e trabalharmos todos juntos para modificar Angola. Nosso Alvo: uma vida decente, digna e abundante em justiça e compreensão para todos os brancos e pretos que compartilhem esse alvo. (Rodrigues, 2003, p. 71, 99)

Em relação à memória dos ressentimentos, Ansart (2004) fala de memórias individuais e coletivas, ao pôr em questão a memória que o indivíduo conserva de seus ressentimentos e dos ressentimentos de quem foi vítima, a memória que um grupo conserva dos próprios ressentimentos e dos ressentimentos de quem foi vítima, e qual o papel dos poderes públicos diante dessas memórias. Ele estabelece que tanto a memória individual do ressentimento quanto a coletiva são atravessadas pelas tentações do esquecimento, da repetição, da revisão e da reiteração. As lembranças dos ressentimentos são mais facilmente esquecidas que os fatos em si, pois, em geral, evita-se o próprio ódio ou aquele do qual se foi vítima. Esquecer os ressentimentos é uma forma de apaziguamento, mas incomoda as



vítimas de ódios cujas consequências se desdobram por muito tempo, daí uma razão para a memória de ressentimentos.

Para escapar do esquecimento, a escrita diarística de Deolinda Rodrigues se configurou, no fim das contas, como um testemunho e um relato de traumas e ressentimentos. Na tentativa de ressignificar os sentimentos oriundos de experiências do trauma, “cada dia anotado é um dia preservado. Dupla e vantajosa operação. Assim, vivemos duas vezes. Assim, protegemo-nos do esquecimento e do desespero de não ter nada a dizer” (Blanchot, 2005, p. 273).

Considerações finais

Este artigo buscou analisar a escrita diarística de Deolinda Rodrigues partindo das perspectivas do trauma e do ressentimento. Na obra *Diário de um Exílio sem Regresso*, foram relatados os dias vividos pela escritora de meados 1956 ao início de 1967, em escrita que permitiu aflorar impasses, ímpeto, inquietação e impotência frente à vida particular e aos rumos dos angolanos e de Angola, nos anos de luta por independência. O diário de Deolinda Rodrigues pode ser entendido como narrativa de testemunho, porque trata das experiências de alguém que esteve *pari passu* com a morte, até que sucumbiu a ela. O trauma e o ressentimento, típicos dessas vivências, podem ser elaborados por meio da ficção.

Referências

ANSART, Pierre. História e Memória dos Ressentimentos. In: BRESCIANI, Stella; NAXARA, Márcia (Org.). **Memória e (Res)Sentimento. Indagações sobre uma Questão Sensível**. 2.ed. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2004. p. 15-36.

BLANCHOT, Maurice. **O livro por vir**. Trad. Leyla Perrone-Moisés. São Paulo: Martins Fontes, 2005.

BOSI, Alfredo. **Literatura e resistência**. São Paulo: Companhia das Letras, 2002.

BRANCO, Lucia Castello. **A traição de Penélope**. São Paulo: Annablume, 1994.

FONSECA, Maria Nazareth Soares. Literatura africana de autoria feminina: estudo de antologias poéticas. **Scripta**, Belo Horizonte, v. 8, n. 15, p. 283-296, 2º sem. 2004.

RODRIGUES, Deolinda. **Diário de um exílio sem regresso**. Luanda, Angola: Editorial Nzila, 2003.



RODRÍGUEZ, Limbânia Jiménez. Quem foi Deolinda Rodrigues. In: **Cartas de Langdila e outros documentos**. Trad. e prefácio de Roberto Almeida. Luanda, Angola: Editorial Nzila, 2004. p. 21-37.

SALGUEIRO, Wilberth. O que é literatura de testemunho (e considerações em torno de Graciliano Ramos, Alex Polari e André Du Rap). **Matraga**, Rio de Janeiro, v.19, n.31, jul./dez. 2012.

SELIGMANN-SILVA, Márcio. A história como trauma. In: NESTROVSKI, A.; SELIGMANN-SILVA, M. (Org.). **Catástrofe e representação**: ensaios. São Paulo: Escuta, 2000.

SELIGMANN-SILVA, Márcio. **História, memória, literatura**: o testemunho na era das catástrofes. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2003.

_____. Narrar o trauma – a questão dos testemunhos de catástrofes históricas. **Psic. Clín.**, Rio de Janeiro, vol. 20, n. 1, p. 65-82, 2008.

_____. O local do testemunho. **Tempo e Argumento**. Revista do Programa de Pós-graduação em História. Florianópolis, v. 2, n. 1, p. 3-20, jan./jun. 2010.

SOUZA, Larissa. Militância, escrita e vida: a poesia de Deolinda Rodrigues. **Cadernos Pagu**, n. 51, 2017. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/cpa/n51/1809-4449-cpa-18094449201700510013.pdf>. Acesso em: 14 set. 2018.

